

# Acessibilidade atitudinal para uma Educação Ambiental Inclusiva: o caso do Parque Nacional do Itatiaia (RJ)

Kemily Toledo-Quiroga<sup>1</sup>  
Thiago de Souza Gonzalez<sup>2</sup>  
Andréa Espinola de Siqueira<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho visa debater a importância da acessibilidade atitudinal no contexto da Educação Inclusiva, através da análise da relação da Educação Ambiental (EA) desenvolvida no Parque Nacional do Itatiaia (RJ), um importante espaço não formal de ensino. Para que a educação de fato seja inclusiva, é necessário que se tenha acessibilidade. As barreiras atitudinais são atitudes ou comportamentos que dificultam a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade. Elas são o principal obstáculo para a acessibilidade, independente da categoria da deficiência. Para debater o tema, apresentamos algumas atividades desenvolvidas no Parque Nacional do Itatiaia, realizadas pelo Programa de Acessibilidade e Inclusão do Parque, que estão diretamente relacionadas à acessibilidade atitudinal: as atividades na Trilha Sensorial, a Semana da Acessibilidade e a capacitação de pessoal. Frisamos que a capacitação continuada de funcionários é essencial para a manutenção da inclusão e a ruptura de preconceito social e discriminação.

**Palavras chave:** Educação Ambiental, Acessibilidade Atitudinal, Espaços não formais de Ensino, Inclusão, Parque Nacional do Itatiaia

- 1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, kemily.toledo@gmail.com;
- 2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, thiagogonz@hotmail.com;
- 3 Doutora em Ciências, Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, deiaespinola@gmail.com;

## Introdução

Este trabalho tem o objetivo de discutir a importância da acessibilidade atitudinal no contexto da Educação Inclusiva. Para isso, utiliza-se de uma análise de um caso específico: as práticas da Educação Ambiental desenvolvidas no Parque Nacional do Itatiaia (RJ), um importante espaço não formal de ensino. Desta forma, o presente estudo é um recorte do trabalho desenvolvido pela primeira autora (TOLEDO-QUIROGA, 2019) e também de outro desenvolvido pelo segundo autor (GONZALEZ, 2019), orientados pela Prof<sup>a</sup> Dra. Andréa Espinola de Siqueira.

O primeiro realizou uma avaliação da acessibilidade no Centro de Visitantes (CV) do Parque Nacional do Itatiaia (PNI), considerando três aspectos: físico, cultural e atitudinal. Além da avaliação, a autora também apresentou diversas atividades relacionadas à Acessibilidade e Inclusão desenvolvidas ao longo do estudo. Este trabalho visa fazer um recorte dessas práticas que estão ligadas à acessibilidade atitudinal, essencial para se desenvolver uma Educação Inclusiva.

Já o segundo trabalho propôs a criação de um Guia de Campo para a Trilha Sensorial do PNI, atração intimamente ligada à Educação Inclusiva do Parque, que será discutida também neste trabalho. O Guia encontra-se disponível *online* através do link: [http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/images/stories/Downloads-menu/2019/guia\\_campo\\_pni.pdf](http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/images/stories/Downloads-menu/2019/guia_campo_pni.pdf).

## Espaços não formais de ensino

A educação não formal é aquela que ocorre com intencionalidade de ensino, fora do espaço escolar, na transmissão de informações de formação política e sociocultural, estando intrinsecamente ligada a organizações da sociedade civil como Organizações Não Governamentais (ONGs), conselhos e grupos sociais excluídos (GOHN, 2014).

Dentre os diversos espaços de educação não formal, podemos citar os Parques Nacionais, uma importante categoria de Unidades de Conservação (UCs). Segundo a legislação, elas correspondem a um espaço territorial e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Sendo assim, os Parques Nacionais são um patrimônio da sociedade brasileira, sendo o único tipo de Unidade de Conservação no qual o uso

público está previsto em seu propósito. Além disso, são espaços de Educação Ambiental, ligadas a atividades de Interpretação Ambiental (CAETANO et al., 2018). O Parque Nacional do Itatiaia (PNI), o primeiro Parque Nacional do país, criado em 1937, é pioneiro no debate e consolidação de tais atividades e políticas educacionais, através de suas atividades que recentemente ganham protagonismo com o Programa de Acessibilidade e Inclusão do PNI, instaurado em 2019, para reunir os diversos projetos voltados para essa área.

## Educação Inclusiva e Acessibilidade

Sabendo-se que os Parques Nacionais possuem, entre outros, o objetivo de promover Educação Ambiental (EA), o PNI recebe diariamente visitas de escolas da região. A EA é uma importante ferramenta de sensibilização em relação à conservação socioambiental. Dessa forma, apostamos que uma EA efetiva deve ser também inclusiva, para que todos os públicos tenham acesso a ela.

A Educação Inclusiva, por sua vez, possibilita aos alunos com necessidades educativas especiais ou diferenças de aprendizagem a participação em atividades das classes regulares de ensino (SOUSA e SOUSA, 2016). A Educação Inclusiva vai além da questão das deficiências: ela é uma questão de direitos humanos e valorização de diferentes formas de ensinar e aprender, sejam elas uma dificuldade de aprendizagem, gênero ou etnia (SÁNCHEZ, 2005).

Para uma Educação Inclusiva, é necessário investir em variadas possibilidades de ensino-aprendizagem, entendendo a percepção do mundo através de uma valorização dos cinco sentidos: visão, audição, olfato, paladar e tato (SOLER, 1999), sendo pensada a partir da necessidade dos indivíduos, adequada à realidade das pessoas (MACIEL et al., 2010).

Para que a educação seja de fato inclusiva, é necessário que se tenha acessibilidade que, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é definida como a

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p. 9).

## Acessibilidade atitudinal

Ainda segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, as barreiras atitudinais são definidas como “atitudes ou comportamentos que impeçam, ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p.10).

No que diz respeito aos espaços culturais, Sarraf (2012) aponta as barreiras atitudinais como o maior obstáculo para a acessibilidade, em decorrência da intolerância às diferenças por parte da sociedade. Ela salienta, ainda, que a discriminação somada a uma tendência assistencialista resulta num sentimento de pena e cuidado excessivo em relação às pessoas com deficiência. Sassaki (2012), ao avaliar diferentes tipos de deficiência, endossa o fato de que as barreiras atitudinais são o principal obstáculo, não importa a categoria de deficiência.

No PNI, existem três tipos de pessoas que podem atender o público no Centro de Visitantes: funcionários terceirizados, voluntários e a equipe da Educação Ambiental. Destes grupos, nenhum deles está devidamente preparado para o recebimento de pessoas com deficiência, mas é importante destacar que a equipe da Educação Ambiental encontra-se em capacitação, já tendo realizado algumas atividades dessa natureza com as outras categorias (TOLEDO-QUIROGA, 2019).

### Atividades desenvolvidas no PNI

Além da avaliação dos parâmetros de acessibilidade, o trabalho da primeira autora também descreve algumas atividades desenvolvidas no Parque Nacional do Itatiaia no âmbito da Educação Ambiental Inclusiva, realizadas pelo Programa de Acessibilidade e Inclusão do PNI. Discutiremos aqui as relacionadas diretamente à acessibilidade atitudinal.

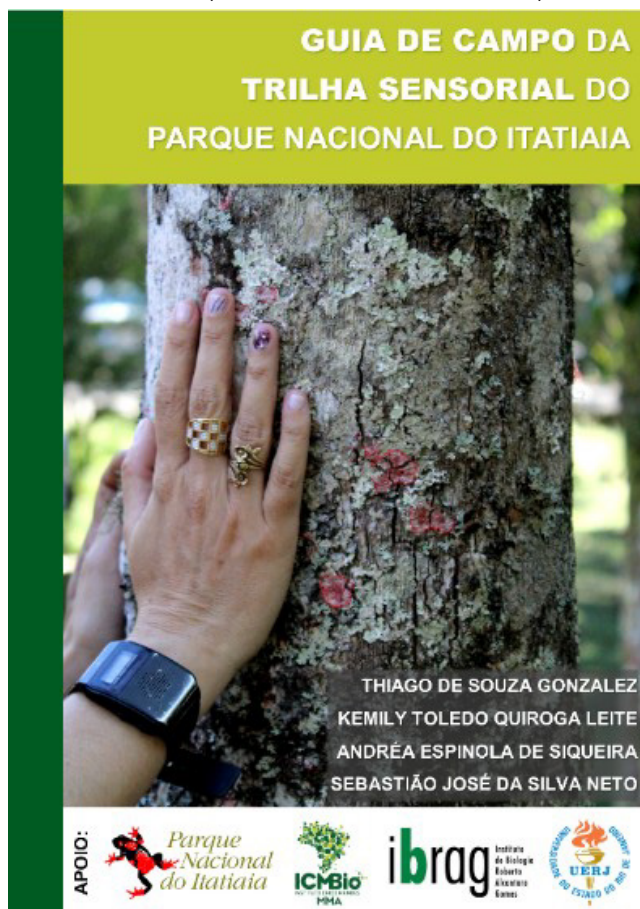
### Trilha Sensorial

A Trilha Sensorial está localizada nos jardins do Centro de Visitantes (CV) do PNI, em frente ao seu estacionamento e é classificada como uma trilha interpretativa guiada natural temática. Ela possui 85 metros de extensão, é considerada de baixo esforço físico e pode ser percorrida, com suas abordagens educativas, em aproximadamente uma hora. O trabalho de um dos autores (GONZALEZ, 2019) versa sobre uma proposta de aplicação didática

desta Trilha, cuja temática relacionada à conservação da natureza é apresentada de forma lúdica, através do estímulo da observação e dos cinco sentidos, com a função de interpretação ambiental.

O percurso da Trilha é dividido em cinco momentos: Alongamento dos Biomas, Solo Sensorial, Jardim Sensorial, Brasil Sensorial e Raiz Sensorial. Um Guia de Campo (Figura 1) interdisciplinar foi elaborado para professores, com o objetivo de propor uma aplicação da Trilha (GONZALEZ et al., 2019). No Guia, cada momento possui uma sugestão de tempo, de disciplinas abordadas, sentidos explorados, além de explicações de conteúdos curriculares relacionados (Figura 2).

**Figura 1:** Capa do Guia de Campo da Trilha Sensorial do Parque Nacional do Itatiaia



**Figura 2:** Detalhe de duas páginas do Guia de Campo da Trilha Sensorial do Parque Nacional do Itatiaia



Destacamos, aqui, alguns aspectos interessantes de abordagem: a faixa de rochas de diferentes tamanhos, seguida de uma faixa de areia (utilizadas para explicar a formação de solos, no momento do Solo Sensorial); os tocos de madeira fixados com mudas sensíveis em seu topo (no momento do Jardim Sensorial); e o pau-brasil (onde se discute, numa abordagem decolonial, a invasão dos portugueses no território indígena, no momento Brasil Sensorial). A Trilha foi pensada para que o visitante caminhe descalço e tenha diversos sentidos e reflexões estimuladas.

A Trilha Sensorial é um atrativo do Parque feito para todos os públicos – crianças e adultos – e proporciona uma experiência interativa. No entanto, a visita guiada na Trilha vem sendo extensamente aplicada a grupos de pessoas com deficiência, visto que é uma atividade que explora outros sentidos. Dessa forma, essa intrínseca relação vem ressignificando a Trilha que, para os demais visitantes, vem sendo usada como uma ferramenta de sensibilização em relação à importância da Acessibilidade e Inclusão.

Dito isto, percebemos a Trilha Sensorial como um importante espaço de acessibilidade atitudinal: tanto com a necessidade do atendimento livre de preconceitos com o público com deficiência, quanto com a possibilidade de divulgação e reflexão crítica em relação ao tema com os demais visitantes.

## Semana da Acessibilidade do PNI

Com o intuito de aprofundar o debate sobre as questões de Inclusão e Acessibilidade, o Parque realizou, em setembro de 2017, a I Semana da Acessibilidade do PNI, ocasião que promoveu visitas orientadas ao público com deficiência na Trilha Sensorial, no interior do Centro de Visitantes, bem como uma exposição de trabalhos de alunos das Escolas Especiais da região, apresentação do Coral de Libras, entre outras atividades.

Desde então, o Parque realiza, anualmente, novas edições da Semana da Acessibilidade, sempre na mesma data, uma vez que dia 21 de setembro é o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Além disso, setembro é a época da floração do ipê amarelo presente na Trilha e a equipe responsável utiliza as flores para formar um tapete que liga a Trilha à árvore, ocasionando a sensação de pisar, sem calçados, no caminho de flores, momento muito valorizado pelo público.

A I Semana foi essencial para que a discussão sobre inclusão se aprofundasse no Parque, sobretudo, no interior do Centro de Visitantes. Nesta primeira edição, um grupo de alunos cegos e com baixa visão – entre crianças e adultos – foram entrevistados após a visita e relataram, em unanimidade, que não tiveram uma boa experiência no Centro de Visitantes e que, por outro lado, gostaram muito da visita guiada à Trilha Sensorial. Isso aconteceu porque o CV apresentava informações quase que estritamente visuais (entre fotos, textos e animais taxidermizados dentro de vitrines). A partir dessa experiência, os esforços do PNI voltaram-se para a questão da acessibilidade cultural.

A II Semana da Acessibilidade do PNI, em 2018, ganhou proporções maiores. Além de aumentar o número de dias de atividades, mais escolas da Educação Especial participaram do evento. Nesta edição, a acessibilidade atitudinal ganhou um importante papel: a Semana passou a ser também um espaço de divulgação da questão da deficiência e inclusão para o público visitante em geral.

Em junho 2019, na cerimônia de aniversário de 83 anos do Parque, foram apresentados novos recursos de acessibilidade, na presença de diversas autoridades locais e ligadas ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), entre eles: audiodescrição e janela de Libras nos vídeos transmitidos no Auditório do CV, audiodescrição de cinco imagens estáticas do interior do CV (entre elas, animais taxidermizados das vitrines), lançamento do Guia de Campo da Trilha Sensorial do Parque Nacional do Itatiaia (GONZALEZ et al., 2019) e a criação do Programa de Acessibilidade

e Inclusão do PNI. Vale ressaltar que esses produtos foram validados anteriormente por pessoas com deficiência ligadas às Escolas Especiais que participam ativamente das atividades de Acessibilidade e Inclusão do Parque.

Neste mesmo ano, a III Semana da Acessibilidade contava, então, com os novos produtos acessíveis. Ainda assim, as exposições do CV não contemplam plenamente as pessoas com deficiência e a Trilha Sensorial é uma importante atração para esse público. Além disso, foi realizada uma mesa redonda sobre a temática, expandindo a divulgação da questão para o público.

Para Sarraf (2012), a acessibilidade em museus, exposições, entre outros é importante para garantir que todas as informações culturais destes espaços estejam disponíveis a todos os públicos, de forma que o visitante tenha autonomia. Licht (2012) salienta que é fundamental a divulgação dos direitos das pessoas com deficiência, enfatizando a diversidade e a acessibilidade. Para a autora, o desconhecimento da sociedade sobre o assunto é uma das possíveis explicações para a negligência geral no que tange a acessibilidade.

Durante a realização das Semanas da Acessibilidade, diversas escolas de Educação Especial já estiveram presentes nesses eventos: Centro Educacional Municipal de Atendimento a Deficientes Visuais de Resende, O Programa Gente Eficiente, projeto da prefeitura Municipal de Resende, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Resende, Itatiaia e Barra Mansa; Sociedade Pestalozzi de Resende e Escola Municipal Bilíngue Rompendo o Silêncio, também de Resende. A cada edição, o PNI inova e se renova para expandir as atividades a todos públicos, com deficiência ou não.

## **Capacitação de recursos humanos**

Com a expansão do entendimento da acessibilidade atitudinal enquanto peça fundamental da inclusão, buscou-se realizar atividades de capacitação de pessoal. Citamos aqui dois momentos diferentes, ambos relacionados à Trilha Sensorial.

A primeira atividade dessa natureza foi realizada junto aos voluntários, do Programa de Voluntariado do PNI. Escolhemos esse grupo uma vez que eles estão diretamente ligados ao atendimento do público, sobretudo em época de férias e feriados, momentos de alta visitação. Além de envolvê-los na bioconstrução do corrimão de bambu, o percurso da Trilha foi aplicado para que eles pudessem reproduzir na ausência da equipe diretamente



relacionada à Trilha. Também foram sensibilizados em relação ao público com deficiência, discutindo-se questões de Acessibilidade e Inclusão.

O outro momento de capacitação foi feito com os funcionários terceirizados da manutenção, responsáveis diretamente pelos cuidados de rotina da Trilha Sensorial. Todo o percurso foi feito com a mesma abordagem realizada com os visitantes. Além disso, foram feitas explicações adicionais sobre a manutenção adequada para cada momento. A equipe também debateu sobre os direitos das pessoas com deficiência e a temática da inclusão.

A partir deste episódio, notou-se uma mudança de postura destes funcionários em relação à Trilha. Era evidente o maior cuidado na manutenção da atração, uma vez que se criou um sentimento de conexão e sensibilidade para com as pessoas com deficiência. A equipe do Programa de Acessibilidade e Inclusão do PNI avaliou que a inclusão deveria também começar dentro do quadro de funcionários, uma vez que o Parque é um patrimônio público.

O entusiasmo do trabalhador influencia o seu comprometimento com o trabalho e melhora o desempenho na realização das tarefas. Essa motivação é resultado de inúmeros fatores, como a satisfação e o reconhecimento no trabalho, o bom relacionamento com o grupo, o ambiente de trabalho e as possibilidades de participação (ANDRADE, 2012).

A concretização de um plano de inclusão não se dá sem que haja a capacitação do corpo profissional envolvido, que não pode se restringir à teoria, mas ser aplicada através da prática. Para Kafrouni e Pan (2001), esse processo jamais se esgota, sendo importante realizar tais atividades de forma permanente. Neste sentido, frisamos a importância de um cronograma de capacitação continuada com as equipes técnicas envolvidas com o atendimento do público do Parque Nacional do Itatiaia.

## **Considerações finais**

A acessibilização de um local vai além de realizar adaptações arquitetônicas para pessoas com mobilidade reduzida. Deve-se garantir o acesso também das informações, independente de limitações físicas, mentais, sensoriais, habilidades e aptidões de todo o público, seja ele com deficiência ou não.

Uma importante barreira, comum a todas as categorias de deficiência, que necessita ser superada é a barreira atitudinal. Ela representa o preconceito social e a discriminação, mesmo que não haja a intenção ou seja

realizada pela omissão. É importante romper tais preconceitos através da capacitação dos recursos humanos do Parque.

Nos últimos anos, o PNI não mediu esforços quando a questão era acessibilidade. Mas, admite que existe um longo caminho contínuo a percorrer, uma vez que existe o constante avanço das tecnologias assistivas, o que demanda a atualizações nos equipamentos e a capacitação continuada de funcionários é essencial para a manutenção da inclusão e a ruptura de preconceito social e discriminação.

## Referências

ANDRADE, R. M. **Qualidade de vida no trabalho dos colaboradores da empresa Farben S/A Indústria Química**. 2012. 52 f. Monografia (Especialização em Gestão Empresarial) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Caderno Convencional, seção 1, p. 1-6.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

CAETANO, A. C. et al. **Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais**. Brasília: ICMBio, 2018.

GOHN, M. G. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação**, IIª série, n. 1, 2014. p. 35-50.

GONZALEZ, T. S. **Trilha Sensorial do Parque Nacional do Itatiaia (RJ): uma proposta de Guia de Campo no âmbito da Educação Inclusiva**. 2019. 99 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

GONZALEZ, T. S.; TOLEDO-QUIROGA, K.; SIQUEIRA, A. E.; SILVA -NETO, S. **Guia de Campo da Trilha Sensorial do Parque Nacional do Itatiaia**. Rio de Janeiro: IBRAG, 2019.

KAFROUNI, R.; PAN, M. A. G. S. A inclusão de alunos com necessidades educacionais Especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da educação básica: um estudo de caso. **InterAÇÃO**, Curitiba, 2001, v. 5, p. 31-46.

LICHT, F. B. Acessibilidade e cultura: Por que sim? Por que não? In: CARDOSO, E; CUTY, J. (Org.). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012.

MACIEL, J. L. et al. Metodologias de uma educação ambiental inclusiva. **Revista EGP - Escola de Gestão Pública**, Porto Alegre, v. 1, 2010. p. 31-37.

SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista Inclusão**. Brasília: MEC/SEESP, v. 1, n. 1, p. 7-18, out. 2005.

SARRAF, V. P. Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. In: CARDOSO, E; CUTY, J. (Org.). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012.

SASSAKI, R. K. Por falar em classificação de deficiências. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, v. 12, n. 12, 2012.

SOLER, M. A. **Didáctica multisensorial de las ciencias: un nuevo método para alumnos ciegos, deficientes visuales, y también sin problemas de visión**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1999.

SOUSA, A. C. L. L.; SOUSA, I. S. A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 6, n. 3, p. 41-50, set./dez. 2016.

TOLEDO -QUIROGA, K. **Avaliação da acessibilidade no Centro de Visitantes do Parque Nacional do Itatiaia (RJ)**. 2019. 109 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.